

AS TAREFAS INCOMPLETAS DA TEORIA (OU: DA LITERATURA COMO OBJETO AUSENTE)

*The incomplete tasks of theory (or: literature as a
missing object)*

André Cechinel*

RESUMO

A partir da leitura da antologia do dissenso teórico intitulada *Theory's Empire* [O império da Teoria] – em particular, dos capítulos “The Rise and Fall of ‘Practical’ Criticism: from I. A. Richards to Barthes and Derrida” [“A ascensão e queda da crítica ‘prática’: de I. A. Richards a Barthes e Derrida”], de Morris Dickstein, e “Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace” [“Construcionismo social: filosofia para o espaço de trabalho acadêmico”], de Mark Bauerlein –, este ensaio propõe-se a investigar aquelas que seriam, segundo os autores, as tarefas incompletas da teoria. Em outras palavras, diante de um uso Teórico (com “T” maiúsculo) mecanizado e que apaga as singularidades dos objetos de análise, restaria à teoria, como tarefa fundamental, restituir o lugar ocupado por esses objetos a partir de leituras imprevistas ou “profanas”. Essa operação, longe de significar um retorno a uma condição “pré-teórica”, só se faz possível a partir de uma outra “temporalidade acadêmica”, capaz de frear o fluxo produtivista que regula, por exemplo, as reflexões sobre a literatura na universidade.

Palavras-chave: *teoria; literatura; singularidades.*

ABSTRACT

* Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

From the reading of the anthology of theoretical dissent called *Theory's Empire* – in particular, the chapters “The Rise and Fall of ‘Practical’ Criticism: from I. A. Richards to Barthes and Derrida,” by Morris Dickstein, and “Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace,” by Mark Bauerlein – this essay intends to investigate those that are, according to the authors, the incomplete tasks of theory. In other words, facing a mechanized Theoretical use (with a capital “T”) that effaces the singularities of the objects it analyzes, theory would be left with the important task of restoring the place occupied by these objects with unforeseen or “profane” readings. This movement, far from meaning a return to a “pre-theoretical” condition, is only made possible by another “scholarly time,” capable of slowing the production flow that regulates, for instance, reflections on literature at the university.

Keywords: *theory; literature; singularities.*

1. INTRODUÇÃO

Editado por Daphne Patai e Will H. Corral e publicado em 2005, o livro *Theory's Empire* [*O império da Teoria*] apresenta o intuito de constituir, conforme seu subtítulo indica, uma “antologia do dissenso”. Mas de que os autores dos 47 capítulos que compõem o livro afirmam dissentir? Nas palavras dos organizadores, “a antologia surge num momento em que não apenas as discussões teóricas sobre literatura tornaram-se estagnantes, como livros e artigos são publicados em defesa dos próprios impasses teóricos que conduziram a essa imobilidade” (p. 1).¹ Haveria nas operações da Teoria – com “T” maiúsculo –, portanto, um gesto circular e autorregulador, capaz tão somente de reafirmar de um ponto de vista teórico as condições produtoras de determinados impasses. Assim, por trás de um labor intelectual a princípio intenso, evidenciado pela velocidade com que as produções se “atualizam”, a Teoria ocultaria a presença e repetição sistemática de fórmulas estruturantes ou esquemas interpretativos que permanecem intocados. O propósito de *Theory's Empire*, então, seria o de “mostrar como a Teoria e os teóricos ascenderam à sua presente eminência e submeter seus argumentos à investigação” (p. 2). E o volume de fato não esconde seu tom por vezes tribunalesco:

Nas últimas décadas, [...] fortes objeções críticas foram dirigidas à Teoria tal como esta veio a ser rotineiramente praticada e ensinada. Essas objeções são tão numerosas que é impossível representar

1 Ao longo do texto, as citações cujo ano de publicação não for especificado referem-se sempre à antologia *Theory's Empire* (2005).

num único volume todas as visões incisivas e sensíveis dela divergentes [...]. Contudo, essa dissidência tem exercido tão pouco impacto que os compêndios celebrando a Teoria continuam sendo publicados, funcionando como veículos importantes para transmitir às novas gerações de leitores as ideias reinantes sobre o que é literatura e como ela deveria ser estudada (p. 1).

Os capítulos reunidos por Patai e Corral, em sua grande maioria, foram publicados pela primeira vez entre as décadas de 1980 e 2000 – concentram-se na década de 1990, para ser mais exato – e apresentam-se articulados no livro em torno de oito partes/eixos fundamentais: 1 – “Theory Rising” [“A ascensão da Teoria”]; 2 – “Linguistic Turns” [“Viradas linguísticas”]; 3 – “Empire Building” [“A construção do império”]; 4 – “Theory as a Profession” [“Teoria como profissão”]; 5 – “Identities” [“Identidades”]; 6 – “Theory as Surrogate Politics” [“Teoria como substituto político”]; 7 – “Restoring Reason” [“Restaurando a razão”]; 8 – “Still Reading After All These Theories...” [“Ainda lendo depois de todas essas teorias...”]. Se as seções do livro de saída declaram seu aspecto oposicionista, há capítulos que são ainda mais diretos no enfrentamento que fazem à Teoria, dentre os quais podemos destacar: “Destroying Literary Studies” [“Destruindo os estudos literários”], de René Wellek; “Theorrhea and Kulturkritik” [“Teorria e kulturkritik”], de J. G. Merquior; “Bad Writing” [“Escrita precária”], de D. G. Myers; “The Cant of Identity” [“O jargão da identidade”], de Todd Gitlin; “Feminism’s Perverse Effects” [“Os efeitos perversos do feminismo”], de Elaine Marks; e, como um último exemplo, “Queer Theory, Literature, and the Sexualization of Everything: the Gay Science” [“Teoria queer, literatura e a sexualização de tudo: a ciência gay”], de Lee Siegel. Por fim, para concluir sem amenizar o teor dos golpes, o capítulo que encerra o livro nada mais é do que uma espécie de termo de compromisso, ou juramento ético, que o “pluralista” deveria assinar antes de proceder à sua atividade teórica: “A Hippocratic Oath for the Pluralist” [“Juramento hipocrático para o pluralista”], de Wayne C. Booth:

- I. Não publicarei nada, favorável ou desfavorável, sobre livros ou artigos que não li na íntegra ao menos uma vez [...];
- II. Não tentarei publicar nada sobre qualquer livro ou artigo até que os tenha compreendido [...];
- III. Não aceitarei a palavra de um crítico, quando discute outros críticos, a menos que ele possa me convencer de que tenha agido em conformidade com os dois primeiros decretos [...];
- IV. Não assumirei nenhum projeto que, por sua própria natureza, obrigue-me a violar os decretos I-III;
- V. Não julgarei as minhas próprias violações inevitáveis dos primeiros quatro preceitos de modo mais leniente do que aquelas que encontro em outros críticos (p. 689).

Como se pode observar a partir dos títulos das seções e de alguns dos capítulos mencionados, *Theory's Empire* não se ocupa exclusivamente das discussões sobre literatura ou teoria literária. No entanto, é certo que a literatura atravessa os vários debates travados no livro, principalmente devido a um diagnóstico repetido à exaustão e que anuncia, ao mesmo tempo, a glória e o declínio do discurso literário na universidade: se, por um lado, as categorias de “texto”, “ficção”, alegoria” e “narração” agora ultrapassam o campo estrito dos estudos literários, vazando para as demais áreas – não só das humanidades, como das chamadas “ciências duras” [*hard sciences*] –, também é verdade que, por outro lado, o movimento responsável por universalizar essas categorias impede qualquer apropriação da literatura como uma textualidade singular (cf. O'CONNOR, p. 298). Em outras palavras, a literatura deixa de ser um objeto específico de estudo e passa a atuar como um tipo de “metodologia investigativa”, ou seja, produz-se uma posição teórico-metodológica totalizante que, em última instância, prescinde de objetos de análise. É nesse sentido que o título do livro de Patai e Corral torna-se autoevidente: o “império da Teoria” é justamente o império de uma atividade teórica que abriu mão da singularidade de suas disciplinas – por isso “Teoria” apenas, sem complemento algum e com “T” maiúsculo.

Em linhas gerais, a presente investigação debruça-se sobre o modo como *Theory's Empire* debate as consequências do “império Teórico” e do “desaparecimento” do objeto de análise para o campo da literatura e da crítica literária. Para tanto, depois de observar algumas das teses centrais do volume, o texto concentra-se nos argumentos expostos em dois capítulos em particular: “The Rise and Fall of ‘Practical’ Criticism: from I. A. Richards to Barthes and Derrida” [“A ascensão e queda da crítica ‘prática’: de I. A. Richards a Barthes e Derrida”], de Morris Dickstein, e “Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace” [“Construcionismo social: filosofia para o espaço de trabalho acadêmico”], de Mark Bauerlein. A partir da leitura dos textos em questão, torna-se possível vislumbrar aquelas que seriam, segundo os autores, as tarefas incompletas da teoria, a saber, a restituição de um objeto ausente e a instituição de uma outra temporalidade acadêmica, gestos que não devem ser confundidos com a passagem a uma condição pré ou pós-teórica supostamente livre das amarras da teoria. A seção final do texto destina-se à discussão desses pontos.

2. DA LITERATURA COMO OBJETO AUSENTE

No artigo intitulado “Giros em falso no debate da Teoria”, datado de 2008 e publicado novamente, em meio a um argumento mais amplo, como parte do livro *Teoria (literária) americana: uma introdução crítica* (2011), o professor da Unicamp Fabio Akcelrud Durão realiza o importante trabalho de

listar aqueles que seriam os principais argumentos dirigidos contra a Teoria em *Theory's Empire*. Ao todo, o autor enumera 26 pontos que aparecem, por vezes de modo recorrente, no livro de Patai e Corral; como nem todas as críticas envolvem diretamente a discussão sobre literatura, vale aqui resgatar os principais pontos que cabem ao literário:

2. A Teoria está destruindo os estudos literários; ela não distingue tipos de escrita (incluindo a diferença entre obra ficcional e discurso crítico); ela é incapaz de lidar com questões de valor e verdade, potencialmente igualando pornografia e Goethe (René Wellek);
3. A desconstrução põe fim ao chamado practical criticism, a leitura atenta aos textos em si, porque meramente os usa para corroborar posições já dadas de antemão;
4. A Teoria não realiza a leitura cerrada, o close reading, que alimentava o practical criticism. Quando se atém ao detalhe, não respeita a integridade da obra como uma totalidade que determina suas partes. Os fragmentos de textos são retirados de seus contextos e podem querer dizer quase qualquer coisa;
8. Ao perder sua transitividade, por não ser mais teoria de alguma coisa, a Teoria converteu-se em pura instituição [...];
20. Embora as novas abordagens de análise literária sejam diretamente motivadas por questões que estão no cerne do debate político, as leituras que decorrem dessas abordagens não estimulam uma discussão produtiva das ideias, suposições e desejos por detrás delas. A crítica literária, na realidade, não é uma arena adequada para o debate político; ela o desvia para longe do seu alvo;
21. A teoria pós-colonial não respeita a integridade das obras que critica [...] (2011, p. 42-48).

Ora, reduzidos aqui a alguns itens básicos, os argumentos oferecidos por *Theory's Empire*, tal como listados por Durão, parecem girar em torno de uma constante, que diz respeito à submissão do literário a posições advindas dos próprios pressupostos da Teoria. As leituras do livro que se dedicam a analisar em particular os desdobramentos do império Teórico nos mais diversos “ismos” – “feminismo”, “pós-colonialismo”, “pós-modernismo”, “pós-estruturalismo”, este último, alvo preferido de grande parte dos ataques –, tais leituras, quando relacionadas ao discurso literário, acabam por reafirmar exatamente a seguinte conclusão: diante das operações da Teoria, reserva-se à literatura um espaço diminuto, correspondente ao papel que agora lhe cabe como repositório de teses. Valentine Cunningham nomeia o procedimento de “*suck-it-and-see*” approach, algo como método “joga e vê se cola”, em português. Nesse sentido, se há um denominador comum em *Theory's Empire* quanto aos usos Teóricos da literatura, esse denominador pode ser expresso pela ideia de um objeto indeterminado e, portanto, inter-

cambiável. A frase de Frank Lentricchia citada pelos editores na introdução do volume estabelece o próprio tom dos demais capítulos: “Diga-me a sua teoria e eu lhe direi de antemão o que você afirmará sobre qualquer obra de literatura, especialmente aquelas que você não leu” (p. 6). Já as falas a seguir, retiradas quase que ao acaso, dada a sua constância ao longo do livro, dão mostras exatamente do entendimento partilhado de que a literatura tem sido anulada em sua singularidade textual:

A avaliação parece especialmente irrelevante a esses construtores de sistemas, que procuram por exemplos de estruturas para incorporar em seus esquemas científicos ou imaginativos (René Wellek, p. 47);

Esse aspecto dogmático é sem dúvida o que explica o seu sucesso extraordinário nas instituições acadêmicas: a fórmula apenas precisa ser aplicada a um novo assunto para oferecer uma exegese “original” (Tzvetan Todorov, p. 55);

A teoria hoje [...] não permite a participação [feedback] da própria literatura, pois isso mostraria que há mais na literatura do que essa teoria em particular pode permitir (John M. Ellis, p. 93); [...] O pensamento genuíno requer mais que a aprendizagem mecânica e a manipulação engenhosa de um vocabulário especializado (John M. Ellis, p. 105);

O método funciona, pois não pode senão funcionar; trata-se de uma empresa infalível; não há passagem complexa de verso ou prosa que possa servir de exemplo contrário para testar sua validade ou seus limites (M. H. Abrams, p. 208);

O problema básico da crítica hoje [...] é o de que vários críticos não conseguem vivenciar – ou, em todo caso, discutir profissionalmente – um romance ou peça de teatro de modo “direto”, em “si” (Brian Vickers, p. 258).

Em suma, em sua análise deste ou daquele “ismo”, os autores citados sinalizam o comum acordo acerca do parecer final de *Theory's Empire*: o domínio Teórico se dá a partir de uma atividade analítica conduzida “aprioristicamente”, e o resultado disso é a redução da literatura, ou dos demais objetos, à fórmula ou ao jargão. Assim, o encontro com o texto literário ocorreria no sentido de confirmar posições teóricas anteriores, cujo conteúdo declaradamente político, por exemplo, transcenderia a relevância de um estudo exaustivo das especificidades constitutivas dos objetos. Seja como for, se a tese geral é partilhada pelos diversos autores do livro, é certo que cada capítulo observa desdobramentos pontuais do “império Teórico”. Gostaria, nesse momento, de voltar a atenção aos argumentos específicos desenvolvidos, em primeiro lugar, pelo capítulo de Morris Dickstein, que investiga a ascensão e queda da chamada “crítica prática” [*practical criticism*], ou, para manter a sintonia com a tradução de um dos livros de I. A. Richards para o português, da “prática da crítica”. A seguir, atravessado o capítulo

de Dickstein, passo a comentar o texto de Mark Bauerlein, que, por sua vez, discute a dimensão mercadológica da produção acadêmica regulamentada pelos procedimentos característicos da Teoria.

3. DA “CRÍTICA PRÁTICA” AO DESAPARECIMENTO DO OBJETO

Como dito, o texto de Morris Dickstein, datado de 1992, volta-se para a análise da ascensão e queda da “crítica prática” [*practical criticism*] ao longo do século XX, entendida como instância analítica em que a teoria baixa as suas armas, ou melhor as empunha, para promover o contato efetivo com o texto literário. A expressão tornou-se célebre com o livro de I. A. Richards intitulado precisamente *Practical Criticism* (1929); para Richards, a crítica pode ser definida como “o esforço no sentido de diferenciar as experiências e classificá-las”, algo que não seria possível “sem algum entendimento da natureza da experiência, ou sem teorias de avaliação e de comunicação” (2004, p. viii). Ora, segundo o cálculo do autor, a teoria estaria a serviço de um encontro posterior com o texto, capaz de diferenciá-lo das demais produções e de, portanto, classificá-lo apropriadamente. Alinhado até certo ponto a Richards no que diz respeito à relação entre teoria e crítica, Dickstein não tarda a anunciar aquela que será a medida de avaliação para o sucesso de uma e de outra em seu capítulo: “o teste de um crítico não está em suas ideias sobre arte, e certamente não em suas ideias sobre crítica, mas sim na profundidade e intimidade do seu encontro com a própria obra” (p. 64). Ora, se o teste da teoria e da crítica está, não nos preceitos gerais, mas na riqueza do contato com o texto literário – “não a obra isolada, mas a obra em sua abundância referencial, riqueza de textura, complexidade de pensamento e sentimento” (p. 64) –, é certo que o império auto-suficiente da Teoria significa também seu fracasso.

Se antes do século XX, conforme Dickstein observa, raras eram as ocasiões de embate efetivo entre passagens específicas de um autor ou obra e o trabalho de análise do crítico, ou melhor, se as leituras em muitos casos não passavam de apreciações abstratas da genialidade do indivíduo criador, a primeira metade do último século alçou a crítica literária ao momento de sua maior especialização. Nos Estados Unidos, principalmente com a chamada “nova crítica” [*new criticism*], termos como “forma orgânica”, “falácia intencional”, “ambiguidade”, entre tantos outros, conferiram ares de objetividade a um exercício antes tomado como impressionista. O império dessa nova prática, no entanto, não tardou a vivenciar o momento de sua mecanização: “à medida que a crítica literária se tornava acadêmica, o trabalho intelectual aprendeu a permanecer dentro dos parâmetros do ‘campo’; os textos existentes, com suas categorias e metodologias dominantes, [...] tornavam-se um fardo para os pesquisadores” (p. 61). Da experiência

da “nova crítica”, Dickstein retira a seguinte conclusão: o sucesso de uma determinada teoria ou atividade crítica coincide, paradoxalmente, com o instante do seu esgotamento, que decorre da passagem do uso criativo para a conversão em opção metodológica.

O esgotamento da “nova crítica” deu-se, pois, nesses termos, uma vez exploradas à exaustão suas rotinas de contato com o texto literário. Dickstein cita como exemplo desse desgaste os próprios casos expostos no experimento realizado por Richards em *Practical Criticism*: convidados a comentar livremente “folhas avulsas – de natureza que variava desde um poema de Shakespeare até outro de Ella Wheeler Wilcox” (RICHARDS, 1997, p. 3), os estudantes de Richards, por um lado, mostravam conhecimento pleno de toda a maquinaria crítica posta em funcionamento por seus mestres – entre outras, informações precisas sobre metro, rima e tipos de versos –, porém, por outro lado, “revelavam muito mais que ignorância ou incapacidade de ler [...]; demonstravam a interferência drástica exercida pela teoria na prática da crítica literária” (p. 68). A longo prazo, a consolidação da “nova crítica” na universidade produziu, por parte dos alunos, respostas programáticas cujo laconismo apenas silenciava a distância cada vez maior entre o estudante de literatura e a literatura em si. A crítica prática – ou, se quisermos, a prática da crítica – havia se burocratizado.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o império da “nova crítica”, bem como a intransitividade de análises literárias que apenas respondiam ao intuito de exibir a sofisticação de seus procedimentos, acentuou cada vez mais o desejo de ultrapassar o academicismo e o formalismo que então davam o tom do contato entre leitor e texto literário. Como Dickstein assinala, “foi apenas com a chegada do estruturalismo e da desconstrução, no fim dos anos 1960 e nos anos 1970, que uma saída para o impasse formalista [...] pareceu possível” (p. 63). Em outras palavras, o estruturalismo e a desconstrução prometiam oferecer à crítica literária ferramentas novas capazes de reconectar a obra às suas “esferas mais amplas”, como a história, a política e a psicologia. Se é bem verdade que a obra de autores como Lévi-Strauss, Foucault, Lacan, Barthes e Derrida trouxe novos ares aos departamentos de literatura, Dickstein volta ao seu ponto de partida, isto é, ao encontro entre teoria e crítica efetivado na leitura desses autores e de seus seguidores, para concluir que “a utopia crítica outrora prometida pelas novas teorias não conseguiu se materializar” (p. 63). Partindo da tese de que a literatura é, antes de tudo, um modo discursivo autorreferencial, capaz apenas de simular uma conexão, sempre “ficcional”, entre linguagem e mundo, a desconstrução, por exemplo, longe de possibilitar um método de análise para a crítica literária, ofereceu apenas um estilo a ser imitado:

A desconstrução, [...] especialmente entre os imitadores de Derrida, deu início a um estilo intensamente literário, um estilo artefato, que imita as involuções autorreferenciais acerca da relação da arte consigo mesma. As frases percorrem um caminho longo e sinuoso antes de recaírem sobre si mesmas novamente, os trocadilhos pedantes acumulam-se uns sobre os outros e os hífen separam as sílabas para acentuar etimologias duvidosas (p. 64).

Como um estilo a ser imitado, então, a desconstrução trilha seu rápido caminho em direção ao jargão acadêmico, e, como jargão, aproxima-se em muito do destino metodológico – uma metodologia às avessas, é claro – reservado à “nova crítica”. Cabe explicar: assim como os seguidores dos *new critics* passaram a adotar uma rotina como que automatizada de encontros com os textos literários, os derridianos, a despeito de uma nomenclatura avessa à ideia de método – haja vista as singularidades supostamente sempre preservadas pelo termo *différance* –, acabaram por revelar ante a literatura uma aposta recorrente em argumentos anteriores aos próprios textos:

o que realmente prejudica a crítica desconstrucionista não são as idéias que ela levanta sobre o estatuto dos textos e as possibilidades de interpretação, mas sim a distância que mantém dos textos, o uso que deles faz como ocasiões intercambiáveis para uma trajetória teórica que sempre retorna aos mesmos pontos de origem (p. 76).

O que compromete a desconstrução em suas leituras do literário, em suma, não são suas posições teóricas, mas sim o modo como estas se sobrepõem aos objetos investigados. Dessa forma, enquanto a “nova crítica” tornara o contato com a literatura um processo mecânico e autossuficiente, a desconstrução simplesmente acentuou a artificialidade desse contato a partir de um estilo impositivo e de conceitos também mecanizados, muito embora operando em nome da diferença, da singularidade e de uma posição política mais ativa diante dos objetos.

Debatido o que ocorreu à “nova crítica” e à desconstrução no momento de sua maior assimilação acadêmica, o texto de Dickstein nos passa a sensação de que a teoria literária (ou a Teoria) é justamente aquilo que rumo para o seu instante de crise, ou melhor, as práticas teóricas são sempre assombradas pelo inevitável momento de sua aplicação acadêmica instrumentalizada. Seja como for, há no percurso atravessado pelo autor duas amostras de um gesto teórico, digamos, “desviante”: o próprio livro *Practical Criticism*, de Richards, e a proposta de prática crítica empreendida por Barthes em *S/Z*. O que os dois livros possuem em comum? Segundo Dickstein, tanto o livro de Richards quanto o de Barthes desviam-se das demandas geradas pelas “escolas” que eles mesmos ajudaram a consolidar;

são, nesse sentido, obras capazes de corromper a trajetória da teoria e da crítica em direção ao uso prescritivo que lhes é posterior:

Seria tentador concluir a nossa excursão pela prática da crítica afirmando que o livro desconcertante de Roland Barthes *S/Z* mantém a mesma relação com o estruturalismo (e a “narratologia” pós-estruturalista) que o livro de Richards sustenta com a “nova crítica”. Ambas são obras idiossincráticas, que surpreendentemente têm mais em comum entre si do que com as obras produzidas pelos críticos que partilham da sua abordagem (p. 71).

Além de obras voltadas para o encontro entre teoria e texto literário, *Practical Criticism* e *S/Z* ocupam um lugar desconfortável em relação às práticas instituídas no momento de sua publicação. Nesse sentido, por meio de uma atividade dissonante, Richards e Barthes, nos livros em questão, foram capazes também de frear o dispositivo acadêmico responsável pela conversão da teoria em “programa”, cumprindo aquela que seria, em última instância, uma das principais tarefas da própria teoria: habitar a singularidade dos textos (literários) a partir de leituras corruptoras de demandas instrumentalizantes que, para acelerar seu funcionamento, fazem evaporar justamente aquilo que particulariza os objetos de análise.

4. O DESAPARECIMENTO DO OBJETO E O ESPAÇO DE TRABALHO ACADÊMICO

O texto de Mark Bauerlein, “Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace”, publicado pela primeira vez em 2001, parece retomar a discussão sobre o uso instrumental da crítica exatamente ali onde Morris Dickstein a deixara: as consequências do apagamento das singularidades dos objetos de análise para o espaço de trabalho acadêmico. Os termos mudam, mas o diagnóstico é semelhante: se a crítica desconstrucionista impõe um estilo impregnante aos seus leitores, isso se deve às posições agora axiomáticas que dela decorrem. Bauerlein atribui essa inclinação ao axioma àquilo que ele chama de “construcionismo social” – “um sistema simples de crenças, fundado sobre a proposição básica de que o conhecimento nunca é verdadeiro em si, mas verdadeiro em relação a uma cultura, uma situação, uma língua, uma ideologia ou qualquer outra condição social” (p. 341). Independentemente do diagnóstico do autor, ou do local de origem que ele confere ao construcionismo social, o importante aqui é perceber as consequências da tomada de posições axiomáticas para a atividade intelectual. Nos termos que nos cabem, o desaparecimento do texto literário se dá a partir de um discurso teórico impositivo que se quer, pois, como pressuposto de trabalho, e não como resultado do contato com os objetos investigados.

Segundo Bauerlein, o reinado do construcionismo social nas humanidades revela uma natureza menos epistemológica que institucional. Em outras palavras, o estabelecimento de truísmos como “o conhecimento é construído”, “não há um fora do texto” e “não há como escapar da contingência” permite que os pesquisadores assumam pontos de partida que, como dados irrefutáveis, autorizam um esforço investigativo menos intenso. Ou seja, para o autor, o construcionismo “economiza tempo”:

é a epistemologia do acadêmico com pressa, de professores com a arma apontada para a cabeça. Assim que as humanidades abraçaram um modelo de mérito produtivista, o empirismo e a erudição tornaram-se, do ponto de vista institucional, “becos sem saída”, e o construcionismo apresentou-se como o método dos mais aptos (p. 353).

Mais uma vez, a conversão da teoria em pressuposto metodológico, aqui expresso na ideia de axiomas incontornáveis, facilitou a aceleração dos procedimentos de pesquisa, aceleração necessária, cabe dizer, às próprias condições institucionais hoje impostas às humanidades:

o que surgiu a partir do construcionismo não foi uma escola filosófica ou uma posição política, mas sim um produto institucional, especificamente, uma torrente de publicações de pesquisas, palestras e apresentações por parte daqueles que a ele aderem. Para vários daqueles que entraram nas humanidades como professores e pesquisadores, o construcionismo social tem sido um modo liberador e prestativo de executar trabalhos, um ponto de vista que tem aumentado a produtividade dos professores (p. 15).

O esvaziamento do objeto, acompanhado de um estilo rebuscado que dispensa o detalhamento daquilo que afirma, oferece uma saída à temporalidade instalada na universidade em seu sistema meritocrático-produtivista: se a tarefa é publicar, mais fácil fazê-lo afastando-se de exigências individualizantes. É por isso que o slogan “não há um fora do texto”, por exemplo, reduz qualquer traço particular de época, autor ou obra a um funcionamento textual/linguístico que, por sua vez, já se mostra suficientemente compreendido sob um ponto de vista teórico: nas palavras de Bauerlein,

as noções construcionistas estão tão arraigadas na mentalidade das humanidades que ninguém mais se ocupa minimamente de fundamentá-las. Salvo alguns filósofos humanistas prestes a se aposentar e os redutos de filósofos realistas, os professores abraçam as premissas construcionistas como um ato de fé (p. 342).

Cabe evidenciar o paradoxo que, a bem da verdade, salta aos olhos: as posições antiessencialistas se veem convertidas em ferramentas de um trabalho, por assim dizer, bastante simplório, que apenas cumpre a

rotina de dizer sobre um texto qualquer tudo aquilo que já foi ou poderia ser dito sobre outro texto qualquer. Dessa forma, o antiessencialismo é de pronto apropriado pelo seu contrário, restando apenas os efeitos de um marca discursiva cujo *modus operandi*, mesmo se em defesa da *différance*, apresenta-se como ponto de chegada comum a todos.

Como dito, se o objetivo de Bauerlein é atacar algumas das premissas do construcionismo social, contestando inclusive a forma como se dá a sua defesa dogmática na universidade, vale aqui assinalar que esse modo de proceder Teórico ultrapassa as posições particulares deste ou daquele grupo de autores; trata-se, antes, de um problema de proporção, dependência ou distribuição das partes, ou melhor, trata-se do modo como nos colocamos *teoricamente* diante de um objeto a ponto de, gradativamente, torná-lo indistinto dos demais, ativando e acelerando a máquina acadêmica de artigos e teses. Aliás, esse é um programa produtivista em constante atualização e que, como tal, não resulta de posições teóricas específicas, mas de uma mecânica de produção e do esquema temporal-interpretativo dela oriundo.

Nos trópicos, o retrato delineado por Bauerlein não deixa de assumir contornos coloniais. Por aqui, aguardamos ansiosamente a publicação das traduções, muitas vezes tardias, dos autores responsáveis por estabelecer o quadro conceitual a partir do qual deve se dar o contato do crítico com a literatura. (No presente momento – podemos afirmar sem medo de errar –, Giorgio Agamben, Jean-Luc Nancy, Slavoj Žižek, entre outros, cumprem uma tal função em vários departamentos de Teoria Literária. A rigor, um estudo cuidadoso do modo como esses autores são apropriados por um uso instrumental da Teoria daria uma dimensão mais precisa daquilo que poderíamos chamar, valendo-se também das teses do filósofo italiano, de “vida nua acadêmica”.) Dessa maneira, por trás de uma prática crítica que se oferece como profundamente política, resta apenas o perfil do professor em busca da sua sobrevivência institucional e que, para respeitar as demandas de publicações, elabora para si um esquema interpretativo em fina sintonia com o pouco tempo que lhe resta para os seus estudos. Aquela desconfortável sensação de um *déjà vu* prolongado, que toma conta de muitos de nós já na leitura da primeira linha de determinados textos, advém justamente disso, dos esquemas interpretativos que pagam os devidos tributos aos termos impostos pela Teoria sob a promessa da contrapartida institucional, que pode vir, por exemplo, por meio das agências de fomento à pesquisa. O efeito circular desse regime de trabalho dispensa maiores comentários.

Ainda sobre o funcionamento da Teoria nos trópicos, se é verdade que as polêmicas antologizadas por Patai e Corral referem-se, de modo geral, ao cenário norteamericano – muito embora os capítulos assinados por pesquisadores europeus já sinalizem a globalidade da questão –, pensar

os debates de *Theory's Empire* em relação ao espaço da crítica brasileira revela-se um exercício importante, principalmente devido ao inegável fato de que, conforme indicado, as teorias via de regra migram dos grandes centros acadêmicos para as demais instituições, como não raro tem sido o caso em departamentos de Teoria Literária brasileiros. Nesse sentido, cabe citar a divisão internacional do trabalho teórico observada por Fábio Durão no livro *Teoria (literária) americana*:

os países desenvolvidos criam códigos de leitura e os periféricos aplicam-nos às tradições locais. É assim possível escrever ensaios, dissertações e teses sobre Machado de Assis se utilizando de Bachelard, Bakhtin, Barthes, Baudrillard, Beauvoir, Benjamin, Bhabha, Bloom, Bourdieu ou Butler [...] (2011, p. 112).

Ora, se essa não fosse a regra, ou seja, se a literatura brasileira não passasse anualmente por uma “revitalização” teórica de matriz americana ou europeia, o depoimento de Durão causaria surpresa.

A título de exemplo, pode-se citar a recente “atualização” do cânone por meio dos chamados *Animal studies* ou *Human-Animal studies*, ou, simplesmente, “estudos da animalidade”, em sua nomenclatura local. Um dos principais nomes aqui é o de Donna Haraway, cujas publicações incluem o livro *When Species Meet* (2008), *Quando as espécies se encontram*. Ali lemos que “Derrida acertou: não há nenhuma linha divisória racional ou natural capaz de definir as relações de vida e morte entre animais humanos e não humanos”; ou ainda, “animais humanos e não humanos pertencem a espécies companheiras [...]” (2008, p. 301). Como quem recebe um comando, a crítica vai ao zoológico literário, e nomes como Machado de Assis, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, entre tantos outros, passam a empreender a mais nova agressão a um dos binarismos da metafísica ocidental, a oposição humano x animal. E o mesmo ocorre ou ocorrerá com os demais fluxos teóricos, isso enquanto a Teoria continuar informar de modo irrestrito os procedimentos da crítica literária.

Enfim, para além de seus alvos imediatos ou do contexto específico que debate, o texto “Social Constructionism: Philosophy for the Academic Workplace” chama a atenção para o modo como as humanidades respondem ao tempo de produção acadêmico a partir de esquemas Teóricos que lhe são correspondentes. E assim, a percepção do vínculo entre o que se faz da teoria (literária) e as próprias exigências institucionais que impõem um determinado “tempo acadêmico” nos permite compreender uma outra tarefa da teoria, a saber, a necessidade de estabelecer uma temporalidade desviantes, operando através daquilo que Fábio Durão (2011) chama de “estratégia de *desaceleração*” do fluxo acadêmico de produção. Para finalizar, falemos agora, então, das tarefas incompletas da teoria tal como indicadas pelo livro *Theory's Empire* e pelos capítulos aqui explorados.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS, OU TEORIA – COM “T” MINÚSCULO – E A RESTITUIÇÃO DOS OBJETOS

[...] [Q]uando mal sucedida, a Teoria simplesmente abole a existência de um objeto diante de si; este torna-se um simulacro, transformando-se em nada mais do que um pretexto para as elucubrações teóricas. A indistinção entre mecanismo de análise e coisa analisada leva a um infrutífero desaparecimento de ambos (DURÃO, 2011, p. 118).

A sugestão de um retorno à literatura “em si”, por vezes implicada em alguns dos argumentos defendidos em *Theory's Empire*, parece-nos não só um desejo de retomar uma condição que, na realidade, jamais existiu, como também uma proposta que precariza as possibilidades de encontro entre o crítico literário e os diferentes objetos de investigação (o mesmo é verdade para os vários gêneros sobre os quais o livro de Patai e Corral pouco tem a dizer, como filmes, *cartoons* etc.). Para evitar respostas simplistas aos problemas identificados pelos autores da “antologia do dissenso”, vale a pena declarar com todas as letras: a teoria enriquece – ou deveria enriquecer – o nosso contato com os objetos. Ora, ela deixa de cumprir essa função justamente no momento em que é apropriada por um uso institucionalizado que, como tal, não pode senão automatizar ou burocratizar seus procedimentos. Em outras palavras, o que precisa ser enfrentado, nesse momento, é a passagem – a princípio inevitável – da teoria à Teoria, ou melhor, a conversão da teoria em Teoria aplicada. É contra o uso instrumental dos pressupostos teóricos – a teoria como um “modo de usar”, uma gramática ou conteúdo programático –, portanto, que devemos situar as leituras aqui expostas.

Dessa forma, não basta afirmar o lugar da crítica “de objeto com objeto”, pois esta, a bem da verdade, tampouco assegura uma outra mecânica de trabalho ou está livre de um uso conceitual cristalizante. Mais uma vez, o que está em questão e deve ser enfrentado é o manejo instrumental de uma Teoria que, em vez de informada ou tocada por seus objetos, prefere antes suprimi-los para melhor alojar suas premissas. Como visto, essa instrumentalização teórica não só assegura um tempo de produção viável para as condições hoje impostas às humanidades, como também garante um ponto de partida estável e supostamente político para os encontros com o literário. Em última instância, além de poupar tempo de leitura e escrita – as gramáticas Teóricas oferecem um jargão de fácil uso e reprodução, que pode ser adquirido através dos vários readers ou antologias –, os pressupostos da Teoria permitem que, por trás de um formalismo silencioso e, portanto, de difícil identificação, os pesquisadores sustentem um discurso político sobre sua própria prática. Trata-se de um formalismo perigoso, pois se apresenta

como seu contrário por meio de conceitos situados para além do bem e do mal – afinal de contas, quem irá se opor ao “jogo das diferenças”?

De resto, essa instrumentalização teórica impede que os textos literários desestabilizem a atividade analítica, ou seja, munidos de um aparato conceitual cuja celebração da diferença não esconde certo fechamento identitário, os críticos dirigem-se ao literário sabendo perfeitamente o que querem e vão encontrar. Nessa distribuição dos trabalhos, a literatura já não produz verdades singulares ou um campo conceitual particular; se antes a teoria era uma espécie de cúmplice das verdades abertas pela arte, a equação agora se inverteu, e resta à arte parodiar, no campo de testes que constitui, as verdades inauguradas pela Teoria. Adentrar a literatura para se perder já não é uma experiência possível diante da maquinaria argumentativa que, sem tempo a perder, coloca-se como ponto de convergência para o contato com outros textos.

É por isso que desativar o dispositivo que regula a travessia da teoria à Teoria significa, necessariamente, adotar uma postura política ativa de restituição ou preservação das singularidades dos objetos. Essa operação só se torna viável a partir de usos teóricos imprevistos, cujo fluxo, capaz de profanar qualquer referencialidade rígida, não se deixa capturar pela máquina acadêmica e tampouco mantém uma relação de fidelidade ou submissão para com os conceitos com que dialoga. Não por acaso, embora se distancie da posição central do volume de Patai e Corral, segundo a qual a Teoria seria a principal responsável pelos males que assolam a área das humanidades na universidade, o livro de Fabio Durão (2011) antes citado, *Teoria (literária) americana*, finaliza com um texto nomeado precisamente “Conclusão: por uma recuperação dos objetos”. O capítulo de Morris Dickstein, por sua vez, concentra-se em I. A. Richards e Roland Barthes para mostrar como esse uso não prescritivo da teoria resulta em práticas críticas potentes, capazes de colocar os objetos de análise em novo movimento e de explicar o seu funcionamento, tudo isso sem lhes apagar a rebeldia constitutiva que sempre acaba por transcender o teórico.

É evidente que esse trabalho exige tempo, um novo “tempo acadêmico”, diferente daquele imposto pelas demandas institucionais de produtividade. Essa necessidade de *desacelerar* os mecanismos de produção de artigos, livros, dissertações e teses, também observada por Fabio Durão em sua leitura de *Theory's Empire* e dos impasses da Teoria, se nos impõe como uma das tarefas teóricas verdadeiramente políticas das humanidades. A importância do capítulo de Mark Bauerlein está exatamente nessa constatação: o desaparecimento dos objetos de análise, seu alinhamento perfeito em relação ao ponto de partida teórico, é nada mais, nada menos, que uma mecânica de produção que responde com obediência exemplar a

pressões institucionais. Não importa quão políticos os pressupostos Teóricos demonstrem ser, a “comunidade que vem” simplesmente não virá se não for desativada a aplicação esquemática de modelos Teóricos pré-concebidos que, em suas operações pouco sutis diante do literário, contrastam vivamente com a sofisticação estilística que assegura seu alcance e poder de sedução na universidade.

REFERÊNCIAS

- DURÃO, Fabio Akcelrud. “Giros em falso no debate da Teoria”. *Alea*, v. 10, n. 1, p. 54-69, 2008.
- _____. *Teoria (literária) americana: uma introdução crítica*. Campinas: Autores Associados, 2011.
- HARAWAY, Donna J. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- PATAI, Daphne; CORRAL, Will H. (Eds.). *Theory's Empire: an anthology of dissent*. New York: Columbia University Press, 2005.
- RICHARDS, I. A. *A prática da crítica literária*. Tradução de Almiro Pissetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Principles of Literary Criticism*. London & New York: Routledge, 2004.

Submetido em: 09/06/2015

Aceito em: 17/10/2015